



Alternância pedagógica na Educação do Campo: práxis educativas de fortalecimento da agroecologia e territorialização camponesa
Pedagogical alternation in countryside education: educational praxis to reinforcement agroecology and peasant territorialization

LIMA, Railson Borges¹; SILVA, Marciel Rocha da²; SANTOS, Thaynan Alves dos³,
FREITAS, Bernadete Maria Coêlho⁴

¹Universidade Federal do Piauí-UFPI; e-mail: railsonborges122@outlook.com

²Universidade Federal do Piauí-UFPI; e-mail: marcielrochadasilva@gmail.com

³Universidade Federal do Piauí-UFPI; e-mail: thaynan12santosalves@hotmail.com

⁴Universidade Federal do Piauí; e-mail: bernadetegeo@gmail.com

Eixo temático: Educação Formal em agroecologia

Resumo: O artigo analisa a contribuição da pedagogia da alternância para o fortalecimento da agroecologia e da territorialização camponesa, a partir da experiência do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais (LEDOC), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Para construção do texto foram realizados estudos bibliográficos, entrevistas e participação no Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC). O direito à educação de qualidade tem sido, historicamente, negado aos sujeitos do campo ou indeferem às especificidades dos mesmos. A Educação do Campo resultou da luta por esses direitos, protagonizada pelos movimentos sociais e sua práxis como sujeito coletivo. É nesse contexto que a agroecologia é potencializada pela Educação do Campo, por meio da ecologia de saberes, materializada nos processos educativos construídos pela universidade e comunidades camponesas, sendo a alternância o elo desse processo, reafirmando a permanência desses sujeitos no campo.

Palavras-Chave: Educação; Pedagogia da Alternância; Agricultura Ecologia; Campesinato.

Keywords: Education; Pedagogy of Alternation; Agriculture Ecology; Peasantry.

Introdução

O artigo analisa a contribuição da pedagogia da alternância para o fortalecimento da agroecologia e da territorialização camponesa, a partir da experiência do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais (LEDOC), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O direito à educação de qualidade tem sido, historicamente, negado aos sujeitos do campo ou indeferem às especificidades dos mesmos. A Educação do Campo resultou da luta por esses direitos, protagonizada pelos movimentos sociais e sua práxis como sujeito coletivo. A Pedagogia da Alternância foi pensada para atender essas necessidades dos sujeitos do campo, respeitando a dimensão espaço-tempo de suas vivências, tais como a relação com a natureza, fortalecendo a reciprocidade, a ecologia de saberes fomentada pela interdisciplinaridade entre os saberes científicos e saberes populares, dentre outros (MOLINA, 2015; SANTOS, 2014).

Enquanto política pública, a Educação do Campo surge no contexto da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998, passando a ser denominada *Educação do Campo* a partir das



discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília, de 26 a 29 de novembro 2002, bem como nos debates da II Conferência Nacional, em julho de 2004 (CALDART et al, 2012). Com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído em 16 de abril de 1998, a Educação do Campo é reafirmada no contexto de políticas públicas específicas para os camponeses.

As pesquisas acerca da Educação do Campo no Brasil, nos últimos anos, como destacam Molina (2015) e Arroyo, Caldart e Molina (2011), têm definido esse saber como prática de liberdade que condiciona processos formativos a partir de um referencial teórico-metodológico em conformidade com a pedagogia da alternância, articulando dois tempo-espço formativos: o Tempo-Universidade (TU), que possui uma abordagem teórica, com debates em sala de aula, e o Tempo-Comunidade (TC), pensado a partir da relação direta com as comunidades e os movimentos sociais. Esse processo eleva a mediação do conhecimento através de práticas de ressignificação cultural e de produção agroecológica, associando os saberes acadêmicos aos saberes populares.

A agroecologia é potencializada pela Educação do campo por propiciar a articulação entre a universidade e as comunidades camponesas, sendo a alternância o elo desse diálogo. Nesse sentido, o interesse deste estudo é analisar a contribuição da alternância no âmbito das LEDOC's, com ênfase na realidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais (LEDOC), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), problematizando de que maneira pode reafirmar a construção de práticas agroecológicas nos territórios (OLIVEIRA, 1999).

Metodologia

A metodologia deste estudo foi dividida em três momentos indissociáveis e complementares: 1) Estudos bibliográficos acerca dos seguintes eixos teórico-metodológicos: educação do campo; alternância; agroecologia e territorialização camponesa; 2) Participação em reunião ampliada do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), que contou com a presença de diferentes sujeitos sociais do campo e dos movimentos sociais; e, 3) Entrevistas semiestruturadas, realizadas em maio e junho de 2019, com estudantes da graduação e pós-graduação (especialização) e egressos, ambos vinculados à LEDOC da UFPI, campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), em Bom Jesus-PI, tendo como finalidade compreender as experiências vivenciadas no âmbito da construção e mediação entre os saberes científicos e saberes populares fomentados na relação entre educação do campo, alternância com as práticas agroecológicas.

Resultados e Discussões

Conforme as entrevistas realizadas, constatamos que a alternância, no âmbito da LEDOC/Educação do campo, introduziu novas práticas da agroecologia nas comunidades camponesas. Esse processo ocorreu, principalmente, com as



experiências realizadas a partir em 2018, momento em que foram construídos nas comunidades os denominados seminários integradores, conseguindo intercalar uma dinâmica de convívio e relação direta com as comunidades.

Os estudantes e professores passaram a vivenciar o cotidiano de cada território para partilhar experiências, conhecer a realidade e desenvolver trabalhos que fortalecessem o modo de vida, a troca de saberes e, sobretudo, a construção de práticas agroecológicas, com a implantação de SAFs, quintais produtivos e hortas orgânicas. A esse respeito, Luziene Francisco da Silva destaca que “dessa forma, tem explicitado formas saudáveis de produzir e consumir verduras e legumes sem veneno, isso tem sido realizado em quintais, roças e colégios pôr os estudantes”.

Outra experiência que se destaca, segundo os entrevistados, é o desenvolvimento de práticas agroecológicas no âmbito dos núcleos de base dos estágios supervisionados, em que os estudantes/estagiários aprimoraram essas práticas tanto no âmbito da escola, quanto na comunidade.

No âmbito do estágio o que eu pude perceber que tem relação com a educação do campo e as práticas agroecológicas são as diversas atividades que levamos para escola, ou seja, nós como estagiários temos que levar atividades que envolva o aluno e que os mesmos possam relacionar a teoria com a prática. E as práticas da agroecologia de produção educativa, tem tudo a ver com a preservação do meio ambiente e da mesma forma dialoga com a questão econômica de consumo de produtos no mundo (MARIA RAIMUNDA BORGES FALCÃO, 2019).

De acordo com outras entrevistas, podemos perceber a contribuição dos projetos de extensão (Cenas Camponesas, Sementes Crioulas e Quintais Produtivos) e dos núcleos de pesquisa (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade – NEPEECDES e do Núcleo de Arte e Agroecologia do Vale do Gurgueia – NAGU), para o fortalecimento das práticas agroecológicas dentro da universidade e nas comunidades da região, pois são realizadas diversas atividades, desde a produção de defensivos naturais até a prática da arte política como fortalecimento da consciência dos sujeitos.

[...] Já teve hortas deixadas nas escolas, nas comunidades e que funcionam sem o uso de agrotóxicos, já teve trabalhos realizados na comunidade Piripiri sobre defensivos naturais, então tudo é feito de maneira agroecológica. Os esterco de gado, matéria orgânica, tudo que está relacionado à agroecologia e dentro da universidade tem o próprio núcleo do NAGU que trata muito bem dessas práticas, então isso já um ponto bem forte da existência e da resistência da agroecologia para/com dentro da universidade [...] (JOSÉ WYLK BRAUNA DA SILVA, 2019).

Verificamos que apesar da proposta de alternância da LEDOC ter sido aprimorada, um fator muito importante ainda precisa ser repensado, que diz respeito às devolutivas dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do tempo comunidade. Segundo alguns entrevistados, as comunidades precisam ser conhecedoras dos trabalhos que, afinal, são desenvolvidos também com os saberes dos mesmos. Em relação ao tempo universidade, outros processos precisam ser avaliados de forma coletiva,



como é o caso do período do tempo contínuo destinado às discussões teóricas e sua relação com a prática, dentre outros processos que envolvem questões institucionais.

Conclusão

Com base nas inquietações e argumentos apresentados, evidenciamos que a LEDOC, a partir dos princípios da Pedagogia da Alternância vinculados à Educação do Campo, vem contribuindo para a construção de práticas agroecológicas, bem como para o vínculo orgânico com os territórios e a auto-organização dos sujeitos do campo, frente ao desenvolvimento do capital que cada vez mais se apropria dos meios de produção e desafia a territorialização camponesa.

Nessa perspectiva, a alternância constitui-se uma forma de dialeticidade que fomenta a territorialização camponesa e a agroecologia, levando em conta que a LEDOC/CPCE/UFPI está localizada na região do MATOPIBA (correspondendo aos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), considerada a “última” fronteira agrícola de expansão do agronegócio no país.

Tendo em vista esse contexto, ressaltamos a importância da LEDOC na disseminação de práticas agroecológicas, fortalecendo a luta e resistência no sul do Piauí, compreendendo as problemáticas do agronegócio naquele território. Essas questões vinculam-se às lutas por territorialização camponesa, a partir do seu modo de vida e de produzir, com base em parâmetros diferenciados daqueles que vislumbram exclusivamente à acumulação.

Referências bibliográficas

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012

MOLINA, M. C.. A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**. Viçosa, v. 6, n.2, jul./dez. 2015, p. 378-400.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999 (p. 63-110).

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**, 2014. Disponível em:

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



<https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS_78.PDF>. Acesso em: 20 abr. 2018.